

Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Major Mecca. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gil Diniz. Tem V. Exa. pelo tempo regimental de cinco minutos no Pequeno Expediente.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, presidente. Cumprimento todos os deputados presentes no Pequeno Expediente, cumprimento nossos assessores, policiais militares e civis desta Casa, público na galeria, quem nos acompanha pela Rede Alesp, assomei para falar de mais um tema, já já falo dele.

Mas eu gostaria de pontuar que eu entendo os argumentos da deputada Thainara sobre a princesa Isabel, sobre a questão da escravidão no País, mas que eu tenho uma outra visão sobre a mulher que foi Isabel, que foi princesa neste País, pertenceu à casa imperial. Pelas mãos dela, presidente, foi assinada uma lei tão, tão, tão importante.

\* \* \*
- Assume a Presidência o Sr. Conte Lopes.

Eu fico triste de ver que mulheres, vultos históricos, como a princesa Isabel, não são respeitadas. E precisa da admiração desses personagens históricos, que nesse momento histórico tiveram que definir o futuro de uma nação. Ela assim o fez, assinou a Lei Áurea.

Para quem não conhece um pouco da princesa Isabel, coloca na rede social, acompanhe o trabalho do Brasil Paralelo, vocês vão conhecer um pouco mais. Isabel ficou conhecida como “a redentora”.

Há muito a se fazer, presidente, não tenho dúvida nenhuma nessa questão racial. Mas gostaria muito de que as nossas mulheres brasileiras fossem respeitadas, sejam elas de que origem forem, de que lado ideológico estejam. Mas aqui não acontece.

Então, nesse 13 de maio há essa data e fica aqui o registro, o meu respeito pela história da Princesa Isabel e por essa decisão que ela tomou quando assumiu, de fato, a condução do País naquele momento histórico.

E vários historiadores dizem, presidente, que essa decisão da Princesa Isabel foi a que derrubou a monarquia no Brasil, decisão feita em 1888, e 1889 vem a República. Alguns historiadores dizem, afirmam, deputado Suplicy, que até em retaliação à Princesa Isabel e à família imperial.

Mas, presidente, subi aqui a essa tribuna, fiz questão de subir aqui a essa tribuna, porque o dia 13 de maio também é dia de Nossa Senhora de Fátima. Eu sou devoto de Nossa Senhora de Fátima, aprovei aqui nessa Casa Legislativa e coloco no calendário oficial o dia de Nossa Senhora de Fátima. Tive a oportunidade de visitar a Cova da Iria em Portugal, na cidade de Fátima.

Tive a oportunidade de visitar o Santuário, de visitar o túmulo de Jacinta, de Francisco, da Irmã Lúcia e como foi emocionante para mim estar ali nesse momento. Como eu disse, sou autor desse projeto que colocou no calendário oficial do estado de São Paulo o dia de Nossa Senhora de Fátima.

Estou fazendo, presidente, no meu gabinete um oratório particular em homenagem a Nossa Senhora de Fátima. Quando for para ser inaugurado vou convidar todos os deputados, nossos assessores também. Algo simples, mas para homenagear a Virgem Maria, mãe de Jesus, que tem esse título de Fátima.

E convido aqui os amigos a estarem comigo em Caieiras no próximo sábado, às 15 horas, na Basílica de Nossa Senhora de Fátima, junto aos Arautos do Evangelho. Se estiver pronto, Machado, se puder colocar aqui no telão. Um singelo convite que os Arautos fizeram aqui para a nós.

\* \* \*
- É exibido o vídeo.

Então, para encerrar, presidente, mais uma vez fica aqui o convite para todos estarem na Basílica dos Arautos do Evangelho em Caieiras, agora no próximo sábado, dia 13 de maio. Uma missa solene em honra a Nossa Senhora de Fátima.

Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Eu agradeço as palavras. Próximo orador inscrito, nobre deputado e senador Eduardo Suplicy. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Prezado presidente Conte Lopes, caro Luiz Claudio Marcolino, deputado da nossa bancada do PT. Eu gostaria hoje de ler a carta que 21 entidades, preocupadas com a situação de moradia do povo brasileiro, e especialmente em São Paulo, publicam nesta data.

Assimam esta carta o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, o Movimento Nacional de Luta em Defesa da População em Situação de Rua, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, a Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, o Fórum da cidade, Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Centro de Promoção em Defesa dos Direitos da População em Situação de Rua, o Serviço Franciscano de Apoio a Reciclagem, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da Defensoria Pública de São Paulo, um movimento estadual da população de rua de São Paulo, Instituto Um Momento de Amor, Pimp My Carroça/Cataki Setras, Associação Social Franciscana, Associação Rei da Rua, Frente Assistente Social Minha Sampa, o Instituto Polis, com o seguinte teor: seu prefeito, se rua não é lar, queremos moradia já.

São Paulo, a cidade mais rica do País, vive hoje a maior crise humanitária de sua história. Temos nossa população sendo submetida à miséria, fome e à falta de moradia. Temos cerca de 50 mil pessoas hoje vivendo nas ruas.

Esse problema que deveria ser enfrentado com esforço inédito de cuidado pelo Poder Público em promover políticas integradas é tratado pelas gestões de Ricardo Nunes e Tarcísio de Freitas com práticas violentas já conhecidas de higienismo e exclusão social.

A Prefeitura tem tentado esconder a situação de vulnerabilidade social que milhares de pessoas vivem em nossa cidade, utilizando ações de zeladoria urbana como forma de expulsar a população em situação de rua em áreas centrais de São Paulo.

São práticas racistas, fascistas que utilizam a estratégia de “revitalizar” praças públicas para retirar as pessoas em situação de rua que ali ocupam. O prefeito começa a colocar grades em praças e viadutos para retirar dessas pessoas a única coisa que lhes resta, a possibilidade de existir na rua.

Carroças, carrinhos e até os materiais recicláveis coletados por catadoras e catadores têm sido apreendidos, danificados e roubados, enquanto empresas privadas vêm retirando os pontos de coleta de categoria e de sua fonte de renda.

Faz-se necessário pontuar que a rede socioassistencial não possui vagas suficientes para abrigar as 50 mil pessoas em situação de rua, tampouco existem políticas habitacionais que abarcam modalidades de inclusão para essa população. Desta forma, para as pessoas que dormem nas ruas, calçadas e baixos de viadutos, esses são os únicos locais onde podem pernoitar.

É importante destacar também que todos nós queremos uma cidade limpa, inclusiva, a própria população em situação de rua, visto que muitas vezes as ruas são seu local de moradia.

Porém, enquanto houver a falta de políticas habitacionais, socioassistenciais para essa população, é preciso entender que pessoas pernoitarão nas ruas. Enquanto não houver banheiros públicos, as pessoas em situação de rua farão suas necessidades nas ruas.

Enquanto não houver bagageiros públicos, as pessoas em situação de rua deixarão seus pertences nas ruas. Por isso, uma política ostensiva de zeladoria urbana não só não resolverá

a questão de limpeza das ruas como violará os direitos dessa população.

Mostrando que o objetivo dessa gestão é esconder a população mais vulnerável, a Prefeitura e o Governo do Estado gradearam a Praça da Sé, impedindo o atendimento na região, e fecha o Bom Prato, com o maior número de refeições servidas às pessoas em situação de rua.

Ao mesmo tempo, dizem ter como objetivo zerar o número de pessoas nas ruas, e para isso já chegaram a declarar que, se necessário, utilizariam armas químicas. Assim, enquanto o objetivo dos governantes for o de acabar com as pessoas e não com a necessidade de utilizar as ruas como forma de moradia, estaremos combatendo os seres humanos que ali estão e não a situação de miséria à qual são submetidos.

Precisamos de políticas eficientes que tenham como objetivo possibilitar a saída das ruas. Enquanto políticas são construídas, precisamos também proteger direitos mínimos das pessoas que já estão tendo seus direitos violados. O Poder Público não pode aumentar ainda mais o nível de violação de direitos aos quais a população mais vulnerável já está submetida.

E as soluções? Para Nunes e Tarcísio, o marketing é a aposta, importa mais a vitrine e o palanque político do que a efetividade das medidas e o respeito aos direitos humanos. Ao passo que a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social anuncia as 22 mil vagas, dentre estas constam também vagas em núcleos de convivência e equipamentos que não abarcam pernoite.

É preciso que a secretária passe a anunciar os dados reais de acolhimento da cidade. Existem cerca de 14 mil leitos em nossa cidade, logo, apenas 14 mil pessoas em situação de rua podem conseguir um local para passar a noite.

Moradia e trabalho digno parecem não fazer parte da gestão de Tarcísio, que destina a essa população projetos como o “Saindo das Ruas”, em que deslumbra, em uma ação higienista, enviar milhares de pessoas em situação de rua para o Interior, para trabalhar em propriedades agrícolas, sem nenhuma capacidade de fiscalizar em que condições esse trabalho se dará.

É importante ressaltar que 918 pessoas foram resgatadas de trabalhos análogos à escravidão somente neste ano. Em 2022, foram 2,2 mil pessoas resgatadas no campo. Essa proposta é de grande risco escravocrata. Chamam isso de ‘saída das ruas’, mas poderia ser chamado de ‘passagem para o inferno”.

Exigimos tratamento digno para a população em situação de rua e o fim da repressão, violação de direitos humanos e expulsão da população pobre do centro da cidade.

Realmente, como diz o prefeito Ricardo Nunes, barraca não é local de moradia, por isso a população em situação de rua quer moradia primeiro. É necessário investir em políticas efetivas que atendam às demandas da população em situação de rua, de vulnerabilidade, que vive nas ruas.

Eu gostaria de acrescentar que dentre as inúmeras soluções para esse problema está a renda básica de cidadania universal e incondicional, sobre a qual eu tenho aqui falado.

Para encerrar, se me permite, eu quero cumprimentar o governador Tarcísio de Freitas por uma ação que eu considero positiva, pois o governador João Doria havia proibido que o Feira Nacional da Reforma Agrária pudesse ter continuidade de ser realizada no Parque da Água Branca, mas o governador Tarcísio de Freitas concedeu a licença e essa feira está se abrindo.

De hoje vai até domingo próximo. Todos os deputados e deputadas, a população em geral está convidada para as atividades que lá acontecerão na 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária.

Eu, ainda hoje, conversei com o secretário de Governo do governador, que foi prefeito aqui de São Paulo, secretário Kassab, e ele contribuiu inclusive para que houvesse essa ação positiva. Sempre que houver uma ação positiva este deputado irá reconhecer e cumprimentar.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - Agradeço ao nobre deputado, senador Suplicy. Passamos ao próximo orador inscrito, deputado Luiz Claudio Marcolino. Vossa Excelência tem o prazo regimental de cinco minutos.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, só ainda usando o prazo do Pequeno Expediente para complementar um pouco a fala do nobre deputado Paulo Fiorilo, nosso líder, que falou sobre o projeto de ontem.

Ele falou sobre a questão da bonificação dos servidores que estava nas notas internas entre os secretários, mas não constava como parte integrante do projeto apresentado e votado no dia de ontem.

É importante que o governador mande o mais rápido possível essa complementação da bonificação, mesmo com a nossa defesa que deveria ser parte integrante do salário para impactar nas férias, décimo terceiro, nas verbas fixas dos trabalhadores, servidores do nosso Estado.

Mas um outro ponto, Sr. Presidente, nós tínhamos apresentado como emenda nesse projeto, que quando ele fala em um salário mínimo estadual, por princípio, por lei, tem que ser acima do salário mínimo nacional e tem que compreender aquelas categorias ou aqueles trabalhadores que hoje não têm o mínimo de apoio.

Mas tem um problema muito sério nesse projeto do salário mínimo do estado de São Paulo, que é em relação aos acordos e convenções coletivas. Quando você tem acordo coletivo, ele é importante porque assegura o direito do trabalhador, mas o acordo coletivo não pode ser menor do que a lei.

E se você tem uma lei no estado de São Paulo autorizando e aprovando o salário mínimo estadual, nós temos trabalhadores, e eu citei ontem rapidamente aqui no encaminhamento do projeto, que a nossa bancada aprovou, mas colocou essas ressalvas...

Hoje nós temos 291.301 faxineiros no estado de São Paulo. Só que boa parte do pessoal que trabalha hoje em limpeza e conservação na área de faxina, esses trabalhadores, quase 300 mil trabalhadores, recebem, em média, 1.244 reais.

Se nós estamos falando de um salário de 1.550, esses trabalhadores poderiam estar sendo abarcados por esse projeto do salário mínimo estadual. Mas como tem lá uma cláusula no projeto aprovado ontem, que fala que quando você tem um acordo ou uma convenção coletiva, o empresário fica desobrigado a pagar o salário mínimo estadual.

Isso vale para o auxiliar de escritório. No estado de São Paulo, são 153.569 trabalhadores auxiliares de escritório, recebendo um salário médio de 1.121 reais. Nós temos o operador de telemarketing, ativo e receptivo... São 105 mil pessoas no estado de São Paulo, com o salário médio de 1.150 reais.

Vendedor de comércio varejista, 90.865 pessoas, com salário médio de 1.282 reais; assistente administrativo tem mais 80.905 trabalhadores no estado de São Paulo, recebendo 1.161 reais de salário médio; recepcionistas, são 60 mil pessoas, com salário médio de 1.298; atendentes de lanchonete são 58.936 no estado de São Paulo, com 1.203 como salário médio; porteiro de edifícios são 50.478, com 1.354 de salário médio; atendentes de lojas de mercados são 48.628, com 1.279 como salário médio. Totaliza aqui duas milhões 338 mil e 583 pessoas que recebem menos do que 1.550 reais.

Então nós pegamos um salário médio que varia até 1.550, quando a gente fala médio, tem alguns que ganham um pouquinho mais, outros um pouquinho menos. Mas nós estamos falando que têm duas milhões 338 mil pessoas que podiam ser abarcadas pelo salário mínimo estadual que, por um item que tem lá no acordo aprovado ontem, não recebem a diferença que tem até o salário mínimo estadual.

Ontem a base do governo não aceitou que a nossa emenda fosse acatada, mas é um debate que precisa ser feito no estado de São Paulo. Então, são trabalhadores que hoje têm um salário

médio baixo, que o salário mínimo estadual poderia complementar a renda e o salário desses trabalhadores.

Porém, tem lá um item no acordo, na lei aprovada ontem, que quem tem acordo ou convenção coletiva, a empresa fica desobrigada a fazer o pagamento.

Então, fica aqui o nosso registro. Apresentamos uma emenda para que pudesse ter sido apreciada no dia de ontem, no projeto, e não foi apreciada. Mas é importante que esse debate fique registrado aqui na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Aproveitando, Sr. Presidente, se houver acordo entre os líderes, gostaria de solicitar o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CONTE LOPES - PL - É regimental, nobre deputado. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia.

Está levantada a sessão.

\* \* \*
- Levanta-se a sessão às 14 horas e 54 minutos.

## 12 DE MAIO DE 2023 38ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: CARLOS GIANNAZI e REIS
<b>RESUMO</b>
PEQUENO EXPEDIENTE
1 - CARLOS GIANNAZI
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - GUILHERME CORTEZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
4 - EDUARDO SUPLICY
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - GUILHERME CORTEZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
7 - REIS
Assume a Presidência.
8 - EDUARDO SUPLICY
Para comunicação, faz pronunciamento.
9 - OSEIAS DE MADUREIRA
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - PRESIDENTE REIS
Endossa o pronunciamento da deputada Monica Seixas do Movimento Pretas.
14 - SIMÃO PEDRO
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
15 - GUILHERME CORTEZ
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
16 - GUILHERME CORTEZ
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
17 - PRESIDENTE REIS
Defere o pedido. Presta homenagem ao Dia do Policial Militar Feminino, comemorado nesta data. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 15/05, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Carlos Giannazi.
* * *
- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Dando início à lista de oradores inscritos no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Com a palavra o deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino, que fará uso regimental da tribuna.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, funcionárias e funcionários da Assembleia Legislativa, hoje vou falar sobre o piso da enfermagem. Ontem o presidente Lula, na verdade, hoje o presidente Lula sancionou o piso da enfermagem, nobre deputado Reis, que vai liberar 7,3 bilhões de custeio para o piso nacional da enfermagem.

O presidente Lula publicou nesta sexta-feira, dia 12, a Lei 14.581, de 11 de maio de 2023, que libera 7,3 bilhões de custeio para o piso nacional da enfermagem. Em 18 de abril, Lula já havia assinado o projeto de lei, encaminhado ao Congresso Nacional em cerimônia no Palácio do Planalto, mas o texto só foi publicado na edição extra do Diário Oficial de hoje.

A medida reconhece a luta da categoria, que hoje celebra o Dia Internacional da Enfermagem. Já tivemos atividade hoje pela manhã, aqui na Assembleia Legislativa, com o Sindsaúde-SP.

Hoje à noite, inclusive, vai ter mais uma atividade. Hoje pela manhã foi com o deputado Paulo Fiorilo; hoje à noite, com o deputado Emídio, mais uma atividade da enfermagem.

Essa lei agora garante aos profissionais do setor esse pagamento. Nós estamos falando, a partir do assunto da PEC 42, de 2002, um piso de 4.750 reais para a enfermagem; de 3.325 reais, que é o piso para técnicos de enfermagem; e, para auxiliar de enfermagem, o valor de 2.375 reais.

O levantamento apontado pelo Conselho Federal de Enfermagem apontou que mais de 2,8 milhões de profissionais do setor no País serão beneficiados com essa medida.

Agora é importante, e estou colocando aqui para vocês também, que a Lei 14.581, de 11 de maio de 2023, abre ao Orçamento Social da União, em favor do Ministério da Saúde, um crédito especial no valor de 7 bilhões e 300 milhões de reais para o fim específico.

Então está aqui o valor, está a quantidade de profissionais que tem. É um recurso, nobre deputado Reis, que sai da parte da Seguridade Social e vai ao Ministério da Saúde para garantir que os profissionais de enfermagem, técnicos de enfermagem e auxiliares de enfermagem possam receber o seu piso da enfermagem.

É uma luta que já vem vindo há alguns anos das associações de representação, de diversos deputados no Brasil afora. É importante, além desse pagamento para os servidores da Saúde do serviço público, das autarquias, das fundações, que os recursos agora cheguem aos estados. Nós vamos estar cobrando do setor privado também a garantia do cumprimento do piso.

Porque é importante, do mesmo jeito tem o piso nacional da Educação, e só no ano passado que a gente conseguiu garantir que o piso nacional da Educação chegasse à Educação infantil.

Esse piso da enfermagem tem uma liminar também que o setor privado entrou, para que não garantisse o pagamento do

piso nacional da enfermagem. Está ainda no Supremo Tribunal Federal.

Esperamos que, com essa determinação agora para a estrutura do serviço público do nosso País, hoje as entidades particulares possam abrir mão dessa liminar para garantir o cumprimento do piso.

Então, queria deixar aqui registrado que mais um dos compromissos que foi apresentado pelo presidente Lula na campanha, que era garantir o cumprimento do piso da enfermagem, não só está garantido o cumprimento do que foi prometido, mas já tem dinheiro e recursos, liberação de sete bilhões e 300 milhões de reais para o cumprimento do piso da enfermagem em todo o País.

Eu queria agradecer, Sr. Presidente, aqui essa oportunidade, e deixar aqui uma informação importante, no Dia Internacional da Enfermagem no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Com a palavra o deputado Valdomiro Lopes. (Pausa.) Com a palavra a deputada Beth Sáhão. (Pausa.) Com a palavra o deputado Mauro Bragato. (Pausa.) Com a palavra deputada Thainara Faria. (Pausa.) Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Com a palavra o deputado Rui Alves. (Pausa.) Com a palavra o deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Com a palavra o deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Com a palavra a deputada Fabiana Barroso. (Pausa.)

Com a palavra o deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Com a palavra o deputado Leonardo Siqueira. (Pausa.) Com a palavra deputado Major Mecca. (Pausa.) Com a palavra o deputado Enio Tatto. (Pausa.) com a palavra o deputado Gil Diniz. (Pausa.) Com a palavra a deputada Paula da Bancada Feminista. (Pausa.) Com a palavra o deputado Eduardo Suplicy, que fará o uso regimental da tribuna.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, presidente posso fazer uma breve comunicação, enquanto o deputado Suplicy vai até a tribuna?

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pois não, deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Eu quero aproveitar esta data, dia 12 de maio, como o deputado Marcolino, que me antecedeu, para homenagear todos os profissionais trabalhadores e trabalhadoras da enfermagem, todos os técnicos e técnicas de enfermagem no Brasil, por essa data, que é uma data de luta da categoria.

São mais de 700 mil trabalhadores e profissionais da enfermagem no estado de São Paulo, e é uma categoria que a maioria é da área de Saúde, mas, ao mesmo tempo, é o setor mais precarizado na área de Saúde e que, durante o triste momento da pandemia que a gente viveu aqui no nosso País, esteve na linha de frente do combate à Covid, e teve inúmeras baixas de trabalhadores da enfermagem pela Covid-19.

Enquanto muitos dizem que enfermeiros e enfermeiras são os heróis da Saúde, foram os heróis da luta contra a Covid, é uma categoria que sempre se manifestou dizendo: “mais do que palmas, mais do que sermos chamados de heróis e heroínas, a gente quer dignidade, a gente quer respeito, a gente quer condições dignas e adequadas de trabalho”.

E por isso é uma categoria que foi à luta há anos, e agora conquistou o piso nacional da categoria. A gente vai lutar muito aqui no estado de São Paulo para que esse piso seja cumprido, para que não seja como o piso nacional de Educação, em que estados e municípios se recusam a cumprir a lei e a pagar o piso dos seus trabalhadores, porque piso salarial é direito de qualquer categoria, ainda mais de servidores e trabalhadores tão importantes quanto os enfermeiros, enfermeiras e técnicos de enfermagem do nosso País e do nosso Estado.

Portanto, só aproveitar essa data de hoje para, mais uma vez, manifestar todo nosso apoio, toda a nossa força, toda a nossa admiração para os trabalhadores da área da enfermagem de São Paulo e do Brasil, parabenizar por essa vitória, que foi fruto de muita luta, de muita mobilização, que foi a conquista e a sanção do piso salarial nacional da enfermagem, e dizer que podem contar com a nossa atuação, com o nosso mandato na defesa do Sistema Único de Saúde e das condições de trabalho de cada um de seus servidores.

Obrigado, deputado Giannazi, e deputado Eduardo Suplicy. O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Obrigado, deputado Cortez. Com a palavra o deputado Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, deputado Carlos Giannazi, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, eu queria hoje prestar uma homenagem à Sra. Cleone Santos, coordenadora de políticas públicas para mulheres de Diadema, que faleceu nesta quinta-feira, aos 65 anos. Com um longo histórico de lutas pelos direitos das mulheres, Cleone esteve à frente da coordenadoria desde janeiro de 2021.

O prefeito José de Filippi Júnior lamentou o falecimento e enalteceu o papel de Cleone na gestão: “Ela é uma mulher de muita fibra, de muita história, de muita luta. Seu olhar de valorização feminina foi essencial para a aplicação de políticas públicas nesta Administração. Seu legado será eterno”. Ela era mãe de dois filhos, avó de dois netos, presidente da ONG Mulheres da Luz, que acolhe mulheres em situação de prostituição no centro de São Paulo.

Sua história de vida é marcada por superação de agressões físicas e emocionais e ela sempre fez questão de ressaltar que a inspiração para ajudar outras mulheres em situação semelhante foi observar a sua mãe, a dona Bernadete. “Ela não sabia o que era feminismo, não se interessava pelo trabalho dos movimentos sociais. Ao mesmo tempo, ela ajudava toda a vizinhança lá do Jardim ABC das mais variadas formas e até hoje é lembrada no bairro”, contou Cleone.

Quando chegou à prefeitura, Cleone disse que pretendia usar o exemplo que tinha com mulheres em situação de vulnerabilidade para ajudar a implantar políticas de acolhimento e inclusão em Diadema.

Cumpriu o prometido com muita dedicação. O velório teve início às nove horas desta sexta-feira, na capela do Cemitério Municipal de Diadema. O sepultamento se deu às 13 horas, eu soube.

Mais tarde, nesta manhã, eu estive presente na 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária, com a presença de inúmeros deputados estaduais, federais, vereadores e, inclusive, dos nossos companheiros do PT e também do PSOL. Ali, pudemos saudar o entusiasmo de João Pedro Stedile, de Gilmar Mauro, de João Paulo, dos principais dirigentes e de toda a base do MST.

Representantes de assentamentos dos mais diversos municípios brasileiros vieram para São Paulo para participarem desta 4ª Feira Nacional da Reforma Agrária. Eu quero aqui chamar a atenção para algumas observações do principal dirigente do MST, que, na Folha de S. Paulo, hoje, disse que o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra vai aumentar a pressão para que haja, de fato, a realização da reforma agrária.

Aos 60 anos, 40 deles à frente do MST, João Pedro Stedile se prepara para enfrentar a quinta CPI instalada no Congresso para investigar o grupo e suas lideranças. Ele afirma estar tranquilo e diz que os deputados ruralistas querem usar a comissão para esconder seus próprios crimes ambientais. “Vamos tentar fazer do limão uma limonada”, diz; “Vamos utilizar aquele palco para denunciar as invasões das terras indígenas, o trabalho escravo, as invasões de terras quilombolas, o uso abusivo dos agrotóxicos”.

Os atos do movimento, no entanto, já foram de alguma forma objeto de reflexões as mais diversas, mas eu quero estimular todos em São Paulo e no Brasil a comparecerem à 4ª